

A inserção de disciplinas sobre temáticas étnico-raciais em cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades públicas mineiras

371

Renata das Graças Paixão¹
Marcel de Almeida Freitas²
Vitória Régia Izaú³

Resumo

O artigo analisa a presença de disciplinas com temáticas étnico-raciais nos cursos de Pedagogia de universidades públicas mineiras, destacando sua relevância para a formação de docentes comprometida com uma educação antirracista à luz da Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade da abordagem das relações étnico-raciais. Objetiva-se mapear a inserção dessas disciplinas nos projetos pedagógicos de cursos (PPCs), analisando se são obrigatórias ou optativas e qual o percentual de suas cargas horárias em relação à carga horária total do curso. A metodologia foi de natureza bibliográfica e documental e enfocou 26 PPCs. Os resultados revelam que a inserção de disciplinas com conteúdos étnico-raciais nos cursos de Pedagogia ainda é limitada, pouco estruturada e sem a devida centralidade. Conclui-se que é essencial a efetiva inclusão dessas temáticas na formação docente a fim de preparar profissionais capazes de desenvolver práticas educativas antirracistas e transformadoras, garantindo a efetividade da Lei nº 10.639/2003.

Palavras-chave

Educação Antirracista; Formação Docente; Currículo de Pedagogia; Relações Étnico-Raciais; Lei nº 10.639/2003.

Recebido em: 17/01/2026
Aprovado em: 26/04/2026

¹ Graduada em Pedagogia e em Gestão de Recursos Humanos, Servidora da Rede Municipal de Belo Horizonte. Especialização em Cultura e Literatura <https://orcid.org/0009-0005-0458-6410>

² Bacharel em Ciências Sociais, licenciado em Sociologia (UFMG), Mestre em Psicologia Social (UFMG), Doutor em Educação (UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-0182-0903>

³ Graduada em Serviço Social (UERJ), Mestre em Educação (UFMG), Doutora em Educação (UFMG). Professora da FaE/UEMG. <https://orcid.org/0000-0002-0182-0903>

The inclusion of subjects on ethnic-racial issues in undergraduate Pedagogy courses at public universities in Minas Gerais

Abstract

This article analyzes the presence of subjects with ethnic-racial themes in Pedagogy courses at public universities in Minas Gerais, highlighting their relevance for the training of teachers committed to anti-racist education from the 10.639/2003 Law point of view, which establishes the obligatoriness to ethnic-racial relations. The objective is to map the inclusion of these subjects in the pedagogical projects of the courses (PPCs), analyzing whether they are required or optional and what percentage of their workloads they represent in relation to total workload of the course. The methodology was bibliographic and documentary and focused on 26 PPCs. The results reveal that the inclusion of subjects on ethnic-racial content in Pedagogy courses is still limited, poorly structured and lacks the necessary centrality. It is concluded that the effective inclusion of these themes in teacher training is essential in order to prepare professionals capable of developing anti-racist and transformative educational practices, guaranteeing the effectiveness of 10.639/2003 Law.

372

Keywords

Anti-racist Education; Teacher Education; Pedagogy Curriculum; Ethnic-Racial Relationship; 10.639/2003 Law.

Nos cursos de Pedagogia, as disciplinas que compõem a matriz curricular desempenham papel fundamental na formação de profissionais da educação, pois estruturam os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício docente. Ao articular saberes pedagógicos, históricos, filosóficos, psicológicos, culturais e sociológicos, essas disciplinas devem contribuir para a construção de uma prática educativa crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a presença de disciplinas com temática étnico-racial nos cursos de Licenciatura em Pedagogia de universidades públicas mineiras, enfatizando uma formação docente antirracista voltada à promoção da diversidade. A partir das vivências acadêmicas dos autores na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da participação no Programa de Pesquisa e Extensão *Egbara Wa*⁴, busca-se refletir criticamente sobre os desafios e os avanços na preparação de pedagogos/as para lidar com questões étnico-raciais no contexto educacional.

Com a promulgação da Lei nº 10.639/03 e, posteriormente, da Lei nº 11.645/08, tornou-se obrigatória a inclusão do ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar para os ensinos fundamental e médio, o que reforça a necessidade de uma formação sólida para os futuros professores. A efetivação dessas leis exige mais que a mera previsão legal: requer uma preparação adequada dos/as pedagogos/as desde a graduação, com inserção consistente de conteúdos étnico-raciais em seus currículos.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: os cursos de Pedagogia das universidades públicas de Minas Gerais oferecem disciplinas com temáticas étnico-raciais em seus currículos? Se sim, qual a centralidade das mesmas dentro dos PCCs dos cursos. A pesquisa baseia-se em levantamento documental e em revisão bibliográfica, além de mapear

⁴ O Programa *Egbara Wa* é composto por vários projetos de pesquisa e extensão da UEMG tendo como temática central a tríade Educação, Diversidade e Cultura. Visa oferecer percursos formativos para professores das escolas públicas, atores sociais, movimentos sociais, comunidades quilombolas e diferentes sujeitos em vulnerabilidade social. O Programa foi nomeado com uma expressão em iorubá que significa “nosso conhecimento, nosso território, nossas coisas” pois a perspectiva é de promover a articulação entre o saber popular e o conhecimento científico enaltecendo os saberes e vivências coletivas

quantitativamente a presença dessas disciplinas nas instituições analisadas, discutir sua relevância para o cumprimento das diretrizes legais e evidenciar sua importância na construção de uma formação docente crítica, reflexiva e antirracista.

Parte-se do pressuposto de que além do impacto direto na sala de aula, a abordagem étnico-racial na formação de pedagogos/as contribui para uma mudança estrutural na educação escolar brasileira. A valorização das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar não só fortalece a identidade dos estudantes negros e indígenas, mas também educa toda a comunidade escolar sobre a importância do respeito à diversidade. Dessa forma, cria-se um ambiente educacional democrático e respeitoso, que favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e comprometida em desconstruir preconceitos e construir cidadania e igualdade.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, articulando procedimentos de levantamento bibliográfico e documental à estatística simples. A etapa bibliográfica fundamentou-se em obras acadêmicas, documentos oficiais e legislações que tratam das relações étnico-raciais e da diversidade na educação referente à formação de pedagogos e no cumprimento da Lei nº 10.639/03. O levantamento documental consistiu na análise de 26 Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Licenciatura em Pedagogia pertencentes a institutos e universidades públicas do estado de Minas Gerais. Essa análise teve como objetivo identificar a presença, a organização curricular e as abordagens adotadas em disciplinas voltadas às temáticas étnico-raciais.

Ressalta-se que a análise não se restringiu à nomenclatura das disciplinas, uma vez que foram examinadas as ementas e, quando disponíveis, os planos de ensino, inclusive daquelas que não apresentam explicitamente a expressão “étnico-racial” em seus títulos, mas que pudessem contemplar conteúdos relacionados à temática. Verificou-se também a centralidade dessas disciplinas dentro dos cursos, ou seja, se são obrigatórias ou optativas e em que período são ofertadas. Procedeu-se também a uma quantificação simples no que

tange ao número de disciplinas com esses conteúdos em cada curso e ao percentual de carga horária das mesmas dentro da carga horária total do curso

A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, possibilitando a construção de categorias analíticas que evidenciam avanços, desafios e lacunas na inserção das relações étnico-raciais nos currículos de formação docente. Ademais, as experiências acadêmicas vivenciadas no curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e no Programa de Extensão *Egbara Wa* constituíram importantes subsídios reflexivos, contribuindo para a interpretação crítica dos dados e para o aprofundamento das discussões.

375

Políticas Públicas Para a Formação Docente: A Importância da Lei Nº10.639/2003 na Educação Antirracista

A Lei nº 10.639 sancionada em 09 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira, e dá outras providências”, sendo elas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1ª - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2ª - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (Brasil, 2003).

A homologação desta Lei representou um marco na história do movimento negro brasileiro no que concerne à reparação histórica de direitos. Logo, o que se espera dela, é que consiga ajudar a eliminar o racismo ou, minimamente, amenizar o panorama desfavorável à população negra, devido às desigualdades socioeconômicas e aos estereótipos criados por uma cultura

eurocentrada e preconceituosa. Cultura que apresenta os negros como um ser genérico, desprovido de inteligência, sem direitos e não merecedores de dignidade. Segundo Silva (2010).

É através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham lugar na teoria curricular. O texto curricular, entendido aqui de forma ampla – o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão enquanto seres sociais. A questão torna-se, então: como desconstruir o texto racial do currículo, como questionar as narrativas hegemônicas de identidades que constituem o currículo? (Silva, 2010, p. 101-102).

Dessa maneira, pode-se afirmar que, principalmente, por meio do conhecimento crítico e aprofundado da história dos povos afro-brasileiros e indígenas é possível promover reflexões críticas sobre a relevância da cultura africana e originária na formação da sociedade brasileira, bem como fomentar a valorização e o interesse por essa temática. Por isto, torna-se essencial discutir os impactos gerados por um sistema que, historicamente, negou aos negros e aos nativos os direitos fundamentais a fim de sanar a dívida que a sociedade brasileira ainda mantém com estes sujeitos. A escravidão, que perdurou por séculos no Brasil, deixou profundas marcas estruturais, manifestando-se, mesmo após a abolição oficial, em diferentes formas de exclusão, preconceito, exploração, e opressão, muitas vezes de maneira velada. Nem mesmo o intenso processo de miscigenação foi suficiente para erradicar o racismo ou garantir a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Diante disso, Nunes, Santana e Franco (2021) enfatizam a necessidade de reformular os fundamentos teóricos que sustentam a formação pedagógica, considerando os desafios impostos pelas normativas legais que orientam a política educacional brasileira. As autoras defendem que a educação para as Relações Étnico-Raciais deve ser integrada de maneira transversal ao currículo,

garantindo que os licenciandos adquiram os conhecimentos essenciais para a compreensão da história e da cultura africana, Afro-Brasileira e indígena, contribuindo para uma prática pedagógica que valorize a diversidade étnica e promova a equidade racial. De fato,

Os cursos de Pedagogia, enquanto espaço de formação desses (as) profissionais, devem abordar a temática da educação das relações étnico- raciais como elemento estruturante das suas propostas pedagógicas, curriculares e das ações que realizam, como parte do compromisso com a superação do racismo e estarem abertos a novas possibilidades de diálogos com os movimentos negros e com os territórios que preservam o legado afrodiaspórico (Nunes; Santana; Franco, 2021, p. 4).

Mesmo após vinte anos de sua publicação, a implantação da Lei nº 10.639/2003 ainda é um desafio nas escolas brasileiras. Além de esbarrar em estereótipos e preconceitos construídos ao longo da história, ela ainda tem como barreira a negação de que pessoas brancas vivem em um contexto social marcado por privilégios e, ainda, a negação de que por ser um país miscigenado, no Brasil não existiria racismo. Segundo Gomes (2005):

O racismo e a ideia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos e culturais (Gomes, 2005, p. 50).

Portanto, por meio de investimento em educação e conhecimento, a aplicabilidade das leis em vigor é totalmente possível. Mas, é preciso entender que questões relacionadas à diversidade étnico-racial, não somente a afro-brasileira, precisam ser abordadas ao longo do ano letivo e de forma transversal, não apenas em datas comemorativas, tais como no “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro) ou no “Dia dos Povos Indígenas” (19 de abril).

É de suma importância conhecer a História da África para compreender a História da humanidade e do Brasil, pois ela além de fazer parte do patrimônio cultural, ajuda no combate ao racismo. Segundo Gomes (2012), o Brasil e o país que mais recebeu escravizados africanos no mundo, sendo hoje o país com maior população de origem africana fora da África. De acordo com dados do último Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), a população brasileira que se autodeclara negra corresponde a 55,5% do total, sendo 45,3% de pardos e 10,2%

de pretos, contudo, estes números não diminuem os desafios dos educadores para abordar essa temática nas escolas. Eles são inúmeros e transitam entre ausência de material, insuficiência de conhecimento e formação e, principalmente, intolerância e preconceito. De acordo com Aguiar e Aguiar (2010):

As questões relativas à aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar as questões relativas à História e cultura afro-brasileira e africana (Aguiar; Aguiar, 2010, p. 94)

Porém, o maior desafio para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nas escolas de ensino fundamental e médio é, indiscutivelmente, o preconceito racial, seja ele explícito ou velado, aliado à falta de fiscalização que deveria ser realizada pelo Estado. Logo entende-se aqui que o julgamento negativo e preliminar de determinadas pessoas e/ou grupo étnico-racial em razão de seu lugar social e/ou pertencimento cultural e/ou religioso é a manifestação do preconceito (Munanga, 1998).

Verifica-se, na prática, que parte dos gestores e docentes ignora esta Lei; outros a desenvolvem de maneira superficial e fragmentada; e há ainda aqueles que a abordam a partir de representações estereotipadas, folclóricas e caricatas da população negra, como aponta Almeida (2017). Tal cenário revela que a ausência de instrumentos efetivos de controle por parte do poder público reforça uma percepção de impunidade que inviabiliza a consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente antirracistas na Educação Básica.

Ademais, conforme Gomes (2012), a tudo isso somam-se outros fatores que comprometem a eficácia da Lei nº 10.639/03: a insuficiente participação das instituições de ensino superior comprometidas na formação inicial de docentes acerca do letramento étnico-racial; a precariedade das políticas públicas voltadas à formação continuada de educadores; a não inclusão de indicadores relativos à educação antirracista nos instrumentos de avaliação como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e as persistentes desigualdades que atravessam a oferta de uma educação pública de qualidade no Brasil.

Análise dos Currículos de Pedagogia de Universidades Públicas Mineiras

379

Ao longo do processo investigativo, estabelecemos diálogos teórico-metodológico com obras de referência no campo da formação docente, tais como Gomes (2005; 2012), que discute a centralidade das identidades negras, a crítica ao silenciamento histórico e a importância de práticas pedagógicas que valorizem os saberes afro-brasileiros. Arroyo (2012), que problematiza desigualdades estruturais e o papel da escola e da formação docente na superação de práticas excludentes e Fernandes (2007) evidencia que o racismo e a desigualdade racial são estruturais, sendo fundamental enfrentá-los por meio de políticas sociais e educacionais, entre outros artigos sobre o tema educação para as relações étnico-raciais.

A partir de levantamento realizado no portal do Ministério da Educação (MEC), foram identificadas, em 2025, nove universidades federais, uma universidade estadual (UNIMONTES), uma universidade do Estado (UEMG) e dois institutos federais em Minas Gerais, que ofertaram cursos de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial. Esses cursos estão distribuídos em 33 Campi e em 26 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), que constituíram o objeto de análise desta pesquisa.

Na tabela 1 abaixo⁵, são apresentados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) analisados, indicando, para cada uma das disciplinas relacionadas ao tema em questão, sua carga horária, se é obrigatória ou optativa, o núcleo formativo a que pertence e a etapa do curso em que é ofertada.

Tabela 1: Disciplinas com conteúdo étnico-racial

N.	Instituição	Campus	Nomenclatura da Disciplina	Obrigatória/ Optativa	Núcleo Formativo	Carga Horária
1	UEMG	Campanha	Educação para Cidadania: Diversidade, Direitos Humanos e Sustentabilidade	Obrigatória	4º	54 horas- aula
2	UEMG	Carangola	Educação para as Relações Étnico- Raciais	Obrigatória	8º	30 horas- aula

⁵ UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto; UFV: Universidade Federal de Viçosa; UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora; UFSJ: Universidade Federal de São João Del-Rei; UNIFAL: Universidade Federal Alfenas; UFU: Universidade Federal de Uberlândia; UFVJM: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri; UFLA: Universidade Federal de Lavras; UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros; IFSULDEMINAS: – Instituto Federal do Sul de Minas; IFMG: – Instituto Federal de Minas Gerais;

3	UEMG	Belo Horizonte	Tópicos em Estudos Decoloniais	Optativa	1° ao 8°	36 horas-aula
3	UEMG	Belo Horizonte	Educação para relações étnico-raciais	Optativa	1° ao 8°	36 horas-aula
4	UEMG	Divinópolis	História da África	Obrigatória	1°	45 horas-aula
4	UEMG	Divinópolis	Educação campesina, quilombola e indígena	Obrigatória	7°	45 horas-aula
4	UEMG	Divinópolis	Educação das Relações Étnico-Raciais	Obrigatória	6°	45 horas-aula
4	UEMG	Divinópolis	Tópicos especiais em educação para a diversidade e inclusão	Optativa	7° ao 8°	45 horas-aula
5	UEMG	Cláudio	Educação e Diversidade	Obrigatória	4°	36 horas-aula
5	UEMG	Cláudio	Educação das Relações Étnico-raciais	Obrigatória	7°	90 horas-aula
5	UEMG	Cláudio	História Africana e Afro-brasileira	Obrigatória	8°	90 horas-aula
5	UEMG	Cláudio	Educação, Diversidade e Campo Social	Optativa	5° e 7°	36 horas-aula
6	UEMG	Barbacena	Cultura Afro brasileira	Obrigatória	2°	72 horas-aula
7	UEMG	Ubá	Educação das Relações Étnico-Raciais	Obrigatória	8°	72 horas-aula
8	UEMG	Poços de Caldas	História e História da Educação no Brasil Colonial	Obrigatória	1°	54 horas-aula
8	UEMG	Poços de Caldas	História e História da Educação no Império Brasileiro	Obrigatória	2°	54 horas-aula
8	UEMG	Poços de Caldas	Questão étnico-racial no Brasil	Obrigatória	4°	36 horas-aula
8	UEMG	Poços de Caldas	Ensino de História e Geografia: educação e diversidade cultural	Obrigatória	6°	36 horas-aula
9	UEMG	Passos	Diversidade e Pluralidade Cultural: implicações educacionais	Obrigatória	1°	36 horas-aula
9	UEMG	Passos	História da África e da Cultura Afro-brasileira	Obrigatória	3°	36 horas-aula
10	UEMG	Leopoldina	Multiculturalismo e Educação	Obrigatória	4°	54 horas-aula
10	UEMG	Leopoldina	Religiosidade de Matrizes Afro-brasileiras: do cenário à microrregião	Optativa	1° ao 8°	36 horas-aula
10	UEMG	Leopoldina	Brasil e África: cinema, literatura e música	Optativa	1° ao 8°	36 horas-aula
11	UEMG	Ituiutaba	Educação e relações étnico-raciais	Obrigatória	7°	36 horas-aula
12	UEMG	Ibirité	História e cultura afro	Obrigatória	8°	36 horas-aula
13	UFMG	Belo Horizonte	Escola e Diversidade: Interfaces Políticas e Sociais	Obrigatória	4°	30 horas-aula
13	UFMG	Belo Horizonte	História das Práticas Educativas no Brasil Colonial: Sujeitos, Dinâmicas, Sociabilidades	Optativa	4° ao 10°	60 horas-aula
13	UFMG	Belo Horizonte	Tópicos em Educação e Relações Étnico- raciais	Optativa	4° ao 10°	60 horas-aula

13	UFMG	Belo Horizonte	Juventudes na Contemporaneidade: Escola, Culturas Juvenis, Relações Raciais e de Gênero	Optativa	4° ao 10°	60 horas-aula
14	UFOP	Mariana	Sujeito e diversidade	Obrigatória	1°	72 horas-aula
14	UFOP	Mariana	Relações étnico-raciais e educação	Optativa	1° ao 8°	36 horas-aula
15	UFV	Viçosa	Relações raciais no Brasil contemporâneo e educação	Optativa	7° ao 8°	60 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	Educação e diversidade I com prática escolar	Obrigatória	1°	60 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	Educação e diversidade I com prática escolar – Prática	Obrigatória	1°	30 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	Educação e diversidade étnico-racial com prática educativa	Obrigatória	4°	30 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	Educação e diversidade étnico-racial com prática educativa	Obrigatória	4°	60 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	A educação das relações étnico-raciais na educação em Ciências	Optativa	5°	30 horas-aula
16	UFJF	Juiz de Fora	Educação e diversidade II	Optativa	2°	60 horas-aula
17	UFSJ	São João Del Rei	-	-	-	-
18	UNIFAL	Alfenas	Educação das Relações Étnico-Raciais	Obrigatória	3°	60 horas-aula
19	UFU	Ituiutaba	Educação para as Relações Étnico-raciais e Formação Docente	Obrigatória	6°	30 horas-aula
20	UFU	Uberlândia	Racismo e Educação: desafios para a formação docente	Optativa	3° ano	60 horas-aula
21	UFVJM	Diamantina	Diversidade e Educação	Obrigatória	1°	75 horas-aula
21	UFVJM	Diamantina	Orientação ao Estágio em Diversidade	Obrigatória	7°	30 horas-aula
21	UFVJM	Diamantina	Estágio Supervisionado em Diversidade	Obrigatória	7°	90 horas-aula
21	UFVJM	Diamantina	Educação e Relações Étnico-raciais	Obrigatória	8°	60 horas-aula
22	UFLA	Lavras	História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	Obrigatória	7°	34 horas-aula
22	UFLA	Lavras	Educação para as Relações Étnico-raciais: Uma análise Discursiva	Optativa	3°, 6°, 7° e 8°	34 horas-aula
23	UNIMONTES	8 campi com o mesmo PPC	-	-	-	-
24	IF Sul de Minas	Inconfidentes	Escola e Diversidade	Obrigatória	3°	76 horas-aula
25	IFMG	São João Evangelista	Cultura e Educação Afro-brasileira e Indígena	Obrigatória	6°	60 horas-aula
25	IFMG	São João Evangelista	Educação e Diversidade	Obrigatória	8°	60 horas-aula
26	IFMG	Ouro Branco	Escolas, culturas e diversidade	Obrigatória	8°	32 horas-aula

Fonte: os autores

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das universidades públicas mineiras revela que, apesar das determinações legais, a implementação de disciplinas voltadas às temáticas étnico-raciais nos cursos de Licenciatura em

Pedagogia ainda apresenta grande heterogeneidade. Enquanto algumas instituições oferecem várias disciplinas obrigatórias e optativas ao longo de todo o curso, garantindo maior contato dos estudantes com conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, outras apresentam lacunas significativas, com poucos (UFV, por exemplo) ou nenhum componente curricular específico (UNIMONTES).

Em relação à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), observa-se que existe uma diversidade de disciplinas relacionadas a temáticas étnico-raciais entre as unidades, porém essa diversidade não se traduz em uniformidade entre as unidades. Algumas oferecem disciplinas obrigatórias em diferentes períodos do curso, como por exemplo, as das cidades de Poços de Caldas, com quatro disciplinas obrigatórias e as de Cláudio e Divinópolis, que apresentam três disciplinas obrigatórias e uma optativa, enquanto outras, como Belo Horizonte, contam apenas com disciplinas optativas. A carga horária das disciplinas também varia consideravelmente, e algumas são distribuídas em vários períodos de forma fragmentada, o que indica que, apesar dos esforços isolados, a formação sobre relações étnico-raciais ainda não está plenamente consolidada como eixo estruturante do currículo da UEMG para os cursos de Pedagogia.

Nas universidades federais, observa-se um padrão semelhante de inconsistência na oferta das disciplinas. Instituições como UFJF e UFVJM dão destaques às disciplinas obrigatórias e possuem uma maior variedade de conteúdo. Já a UFMG se destaca também no número de disciplinas ofertadas, porém entre as quatro ofertadas, apenas uma é obrigatória. Em outros campi como os da UFSJ, algumas lacunas são claras, pois com a ausência de disciplinas com esta temática, o aprofundamento no tema resulta em inexistência de formação obrigatória. Já para as universidades que depende da escolha do estudante por disciplinas optativas, o resultado pode ser também uma formação desigual e limitada.

Em relação à UNIMONTES, essa se mostra negligente a uma formação antirracista em Pedagogia, pois, no PPC que contempla os oito campi analisados, não foram identificadas disciplinas específicas sobre temáticas étnico-raciais. Essa ausência evidencia lacunas importantes no cumprimento das diretrizes da Lei nº 10.639/03, mostrando que a universidade ainda não

incorporou de forma sistemática a educação para a diversidade cultural, étnica e racial em sua formação pedagógica.

Já os institutos federais apresentam uma oferta limitada, mas de caráter geralmente obrigatório, abordando temas como cultura afro-brasileira e indígena, diversidade e inclusão educacional. Apesar de essas disciplinas serem estruturadas em termos de carga horária adequada, a quantidade de disciplinas ofertadas é reduzida e sua distribuição irregular nos cursos, o que compromete a formação contínua e transversal em relação às questões étnico-raciais. Isso indica que, embora haja iniciativas positivas, a abordagem permanece pontual e restrita, carecendo de integração mais consistente nos currículos.

A tabela 2 a seguir, apresenta o levantamento das unidades analisadas, indicando a instituição de ensino, o campus, a carga horária total do curso de Pedagogia, a carga horária total de disciplinas obrigatórias e optativas com temáticas étnico-raciais, bem como a proporção percentual que estas disciplinas representam na carga horária total do curso.

Tabela 2: Carga horária das disciplinas de conteúdo étnico-racial

N.	Instituição	Campus	Carga horária total do curso (horas-aula)	Carga horária total de disciplinas obrigatórias com temáticas étnico-raciais (horas-aula)	%	Carga horária total de optativas com temáticas étnico-raciais (horas-aula)	%
1	UEMG	Campanha	3210	54	1,68%	0	0,00%
2	UEMG	Carangola	3360	30	0,89%	0	0,00%
3	UEMG	Belo Horizonte	3675	0	0,00%	72	1,96%
4	UEMG	Divinópolis	3600	135	3,75%	45	1,25%
5	UEMG	Cláudio	3405	216	6,34%	36	1,06%
6	UEMG	Barbacena	4482	72	1,61%	0	0,00%
7	UEMG –	Ubá	3810	72	1,89%	0	0,00%
8	UEMG	Poços de Caldas	3225	180	5,58%	0	0,00%
9	UEMG	Passos	4428	72	1,63%	0	0,00%
10	UEMG	Leopoldina	3300	54	1,64%	72	2,18%
11	UEMG	Ituiutaba	3300	36	1,09%	0	0,00%
12	UEMG	Ibirité	3906	36	0,92%	0	0,00%
13	UFMG	Belo Horizonte	3240	30	0,93%	180	5,56%
14	UFOP	Mariana	3320	72	2,17%	36	1,08%
15	UFV	Viçosa	3255	0	0,00%	60	1,84%
16	UFJF	Juiz de Fora	3505	180	5,14%	90	2,57%
17	UFSJ	São João Del Rei	3568	0	0,00%	0	0,00%
18	UNIFAL	Alfenas	3400	60	1,76%	0	0,00%

19	UFU	Ituiutaba	3380	30	0,89%	0	0,00%
20	UFU	Uberlândia	3380	0	0,00%	60	1,78%
21	UFVJM	Diamantina	3385	255	7,53%	0	0,00%
22	UFLA	Lavras	3437	34	0,99%	34	0,99%
23	UNIMONTES	8 campi com o mesmo PPC	4450	0	0,00%	0	0,00%
24	IF Sul de Minas	Inconfidentes	3340	76	2,28%	0	0,00%
25	IFMG	São João Evangelista	3220	120	3,73%	0	0,00%
26	IFMG	Ouro Branco	3488	32	0,92%	0	0,00%

Fonte: os autores

A análise do percentual de carga horária dos cursos de Licenciatura em Pedagogia evidencia uma inserção ainda limitada das temáticas étnico-raciais na formação docente em termos de proporção de sua presença na carga horária total. Entre as unidades da UEMG, por exemplo, a carga horária total do curso varia de 3.210 a 4.482 horas-aula, com média de 3.641 horas-aula. A quantidade de horas dedicadas a disciplinas obrigatórias sobre temáticas étnico-raciais alcança 957 horas-aula, o que corresponde a aproximadamente 2,18% da carga total.

A Unidade Cláudio se destaca com 216 horas-aula, enquanto a Unidade Belo Horizonte não oferta nenhuma disciplina obrigatória nessa área. Em termos de optativas, a carga horária total é de 501 horas-aula (1,15% da carga total), sendo as unidades de Belo Horizonte e Leopoldina as únicas a ofertar 72 horas-aula nesse formato de disciplinas optativas. Esses dados indicam que, apesar de algumas unidades apresentarem maior comprometimento, a maioria ainda apresenta uma representatividade baixa às temáticas étnico-raciais.

A análise quantitativa dos dados revelou que apenas 2,05% da carga horária destes cursos são destinadas às disciplinas obrigatórias voltadas especificamente para questões étnico-raciais, enquanto que somente 0,78% são destinados às disciplinas optativas.

Conclusão

Os resultados da pesquisa evidenciam um cenário de tímida inserção das temáticas étnico-raciais nos currículos dos cursos de Pedagogia ofertados por universidades públicas em Minas Gerais. Os percentuais apresentados indicam não apenas a insuficiência de ações efetivas no âmbito curricular, mas também a fragilidade dos compromissos institucionais com o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nesse sentido, considerando que a formação docente é fundamental para a construção de uma educação antirracista, a intermitência e/ou ausência dessas disciplinas compromete a capacidade dos/as futuros/as pedagogos/as para atuarem eticamente frente as desigualdades e discriminações raciais presentes no ambiente escolar. Diante do exposto, a escola, como instituição garantidora do direito à educação, deve posicionar-se ativamente contra toda e qualquer forma de discriminação, cabendo ao educador o compromisso com o enfrentamento do racismo, independentemente de seu pertencimento étnico-racial, crença ou posição política (Brasil, 2004, p. 16).

Dito isto, a educação deve valorizar e evidenciar a riqueza da história do continente africano, da cultura afro-brasileira e a história e a cultura dos povos indígenas, promovendo uma visão positiva das culturas negra e indígena e desconstruindo narrativas que restringem a história dos negros no Brasil ao período da escravidão. Logo, a inserção de disciplinas que abordem essas temáticas na formação de pedagogos/as, constitui uma estratégia pedagógica para o fortalecimento das identidades e ancestralidades negras e indígenas, por meio da valorização de manifestações culturais como a música, a dança, a arte e de projetos educativos que promovam uma cultura antirracista nas escolas. Trata-se da construção de uma educação plural, democrática e comprometida com a superação das desigualdades étnico-raciais.

Por fim, torna-se imprescindível que os cursos de Pedagogia promovam a formação de docentes para exercerem uma prática educativa antirracista, promovendo ações concretas tais como a promoção da conscientização racial por meio de atividades artísticas, rodas de conversa, debates, pesquisas, acolhimento dos estudantes que vivenciam situações de racismo e intervenção pedagógica junto àqueles que reproduzem atitudes racistas.

No entanto, para que isto aconteça, o poder público deve estipular carga horária mínima para as disciplinas étnico-raciais nos cursos de licenciatura de Pedagogia; exigir capacitação complementar como formação obrigatória para os docentes que já atuam nos ensinos Fundamental e Médio, e que não cursaram essas disciplinas na matriz curricular do seu curso de formação; promover formação continuada e aperfeiçoamento voltada ao enfrentamento do racismo no âmbito educacional; garantir respaldo jurídico e fiscalização capaz de viabilizar, de forma concreta, o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 nas

práticas escolares. Dessa forma, a articulação entre essas ações, somadas ao compromisso da educação com a justiça social e com a transformação da realidade educacional brasileira, possibilitará a consolidação de uma educação voltada à promoção efetiva de uma reparação étnico-racial histórica.

Referências

- AGUIAR, Janaína C. T. M. de; AGUIAR, Fernando J. F. *Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação de professores em Sergipe*. Revista Fórum Identidades, Itabaiana - SE, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/1771>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- ALMEIDA, Aline S. de. *A questão étnico-racial e ensino de geografia: análise de livro didático e a formação dos professores*. 2017. 40 f.: il. color. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande.
- ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC: 2013.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-sintese-de-indicadores-sociais.html> Acesso em: 08 jan. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Universidades federais em Minas Gerais*. Brasília, DF: MEC, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/universidades-federais/minas-gerais>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, 2ª edição revista. São Paulo: global, 2007.
- GOMES, Nilma L. (Org). *Desigualdades e diversidade na educação*. Educação e Sociedade, v.33, n.120, Campinas, jul.set.2012.

GOMES, Nilma L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil*. Coleção para Todos, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade—Brasília: Ministério da Educação—2005.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. *Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia*. São João Evangelista, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dTPv4_ciHsEqkPaNButvIgQOtCYgj3JW/view. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. *Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia*. Ouro Branco: IFMG, 2023. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/nossos-cursos/graduacao-6/copy_of_PPCPedagogiaatual.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. *Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia*. Inconfidentes, 2023. Disponível em: <<https://cursos.ifsuldeminas.edu.br/gerencia/assets/e8b8367b-coe5-4599-988b-c5034678cf7a>>. Acesso em: 05 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Teorias sobre o racismo. Estudos & pesquisas IV. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998.

NUNES, Cicera; SANTANA, Jusciney C.; FRANCO, Nanci H. R. *Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do (a) pedagogo (a)*. Roteiro, Joaçaba, v. 46, e26314, jan. 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-0592021000104006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2025.

OLIVEIRA, Milton. Matriz Curricular e PPC. [mensagem pessoal]. Destinatário: Renata Paixão. 04 ago. 2025. Mensagem recebida em: renatadasgracas@edu.pbh.gov.br.

SILVA, Tadeu T. da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Barbacena. Barbacena, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/cpa-relatorios-pulicacoes/category/2521-unidade-barbacena?download=13399%3Appc-pedagogia-licenciatura-barbacena-2023>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico de curso de Pedagogia* – Campanha – Adendo Atividades de Extensão. Campanha, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/pr109332/Downloads/Pedagogia%20-%20Campanha%20-%20Adendo%20Atividades%20de%20Extenso-2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Carangola. Carangola, 2024. Disponível em: <https://www.uemg.br/cpa-relatorios-pulicacoes/category/2523-unidade-carangola>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Cláudio. Cláudio, 2023 Disponível em: <https://uemg.br/images/2023/03/28/pcc-pedagogia-claudio-2016.pdf> Acesso em: 10 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Divinópolis. Divinópolis, 2024. Disponível em: <https://uemg.br/images/2023/03/28/pcc-pedagogia-divinopolis-2024.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/cpa-relatorios-pulicacoes/category/2530-unidade-faculdade-de-educacao?download=13964%3Appc-pedagogia-licenciatura-faculdade-de-educacao-2023>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Ibirité. Ibirité, 2024. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/phocadownload/category/2339-unidade-ibirite?download=18975%3Appc-pedagogia-ead-ibirite-2025>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. Unidade Acadêmica Ituiutaba. Ituiutaba 2024. Disponível em: https://uemg.br/images/2024/13/PPC_Pedagogia_2023_-_com_corre%C3%A7%C3%B5es_2024.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Leopoldina. Leopoldina, 2023. Disponível em: <https://uemg.br/fae-calendario-academico/category/2537-unidade-leopoldina>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Passos. Passos, 2023. Disponível em: <https://uemg.br/component/phocadownload/category/2538-unidade-passos?download=13574:ppc-pedagogia-licenciatura-passos-2023>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Poços de Caldas. Poços de Caldas, 2025. Disponível em: <https://uemg.br/component/phocadownload/category/2539-unidade-pocos-de-caldas?download=18975:ppc-pedagogia-ead-ibirite-2025>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia* – Unidade Acadêmica de Ubá. Ubá, 2021. Disponível em: <https://uemg.br/ingresso2021-publicacoes/category/2483-unidade-uba?download=23221:ppc-pedagogia-uba>. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Resolução nº 196 – CEPEX/2019, de 10 de março de 2020. *Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura) e seus anexos*. Montes Claros, 2020. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2020/03/resolucao_cepex196-1.pdf Acesso em: 2 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura)*. Alfenas, 2023. Disponível em: <https://academico.unifal-mg.edu.br/sitecurso/arquivositecurso.php?arquivoId=609>. Acesso em: 02 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (UFJF) *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura)*. Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pedagogia/wp-content/uploads/sites/673/2024/09/PPC-VERS%C3%83O-FINAL-JAN-24.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura)*. Publicado em: 1 set. 2021. Última atualização: 15 jul. 2025. Lavras, 2021 Disponível em: <https://faelch.ufla.br/graduacao/pedagogia-licenciatura/projeto-pedagogico>. Acesso em: 08 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Faculdade de Educação. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2025/01/PPC-DE-PEDAGOGIA-1.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – ICHS. *Projeto pedagógico do curso de Pedagogia – Licenciatura* (PPC revisado). Ouro Preto: ICHS/UFOP, 2022. 242 p. Disponível em: https://ichs.ufop.br/sites/default/files/ichs/files/ppc_revisado.pdf?m=1681856167. Acesso em: 20 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura)*. São João Del-Rei, 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2->

[repositorio/File/coped/PPC%20Pedagogia%202010%20com%20alteracoes.pdf](#). Acesso em: 02 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura)*. São João del-Rei, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1di-b2FotrLE44fJGsVGWf2_x23IKcVr6/view. Acesso em: 03 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Faculdade de Educação (FACED). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. [documento eletrônico]. Uberlândia, 2005. Disponível em: https://www.faced.ufu.br/system/files/conteudo/projeto_pedagogico_do_curso.pdf. Acesso em 03 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Instituto de Ciências Humanas. Curso de Pedagogia. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Grau Licenciatura*. [documento eletrônico]. Ituiutaba, 2018. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQlHJmJIqCNXRRK_Sh2SMdn1U-tzOTpmmgT33WB4o9R1o6PfBT2L9wc_C_9lo7RwQK7iBcpvooKr4zz6VOvvJlqfMbG8J_RACwiP2VFvndQltw_eAn. Acesso em 03 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). *Projetos Pedagógicos*. Diamantina, 2018. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html> Acesso em: 2 set. 2025.